

GUIA PRÁTICO DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES DE SEGURANÇA

- Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho
- Sistemas de Segurança Eletrónica
- Segurança Contra Incêndios
- Certificação de Qualidade

Cofinanciado por:



Revisão e verificação efetuada por:



ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Serviços Externos de Segurança e Saúde no Trabalho	4
2.1. Medidas de Segurança Obrigatórias	4
2.2. Como Selecionar	5
3. Serviços Externos de Segurança e Saúde no Trabalho	6
3.1. Medidas de Segurança Obrigatórias	6
3.2. Como Selecionar	7
4. Segurança Contra Incêndio	8
4.1. Medidas de Segurança Obrigatórias	8
4.2. Como Selecionar	9
5. Certificação de Qualidade	10

1. INTRODUÇÃO

Existe uma grande diversidade de empresas de segurança a operar no mercado, capazes de oferecer as mais variadas e avançadas soluções de segurança.

Para os proprietários dos sistemas e utilizadores de serviços de segurança é essencial saber como seleccionar uma empresa entre as várias disponíveis que, para além de cumprir os requisitos legais que lhe são aplicáveis, possa garantir um serviço de qualidade.

O presente Guia fornece orientações para a seleção de fornecedores de serviços de segurança e, complementarmente, identifica as medidas que as organizações devem implementar, em termos de segurança contra incêndio, segurança eletrónica (*security*) e segurança e saúde no trabalho.

2. SERVIÇOS EXTERNOS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

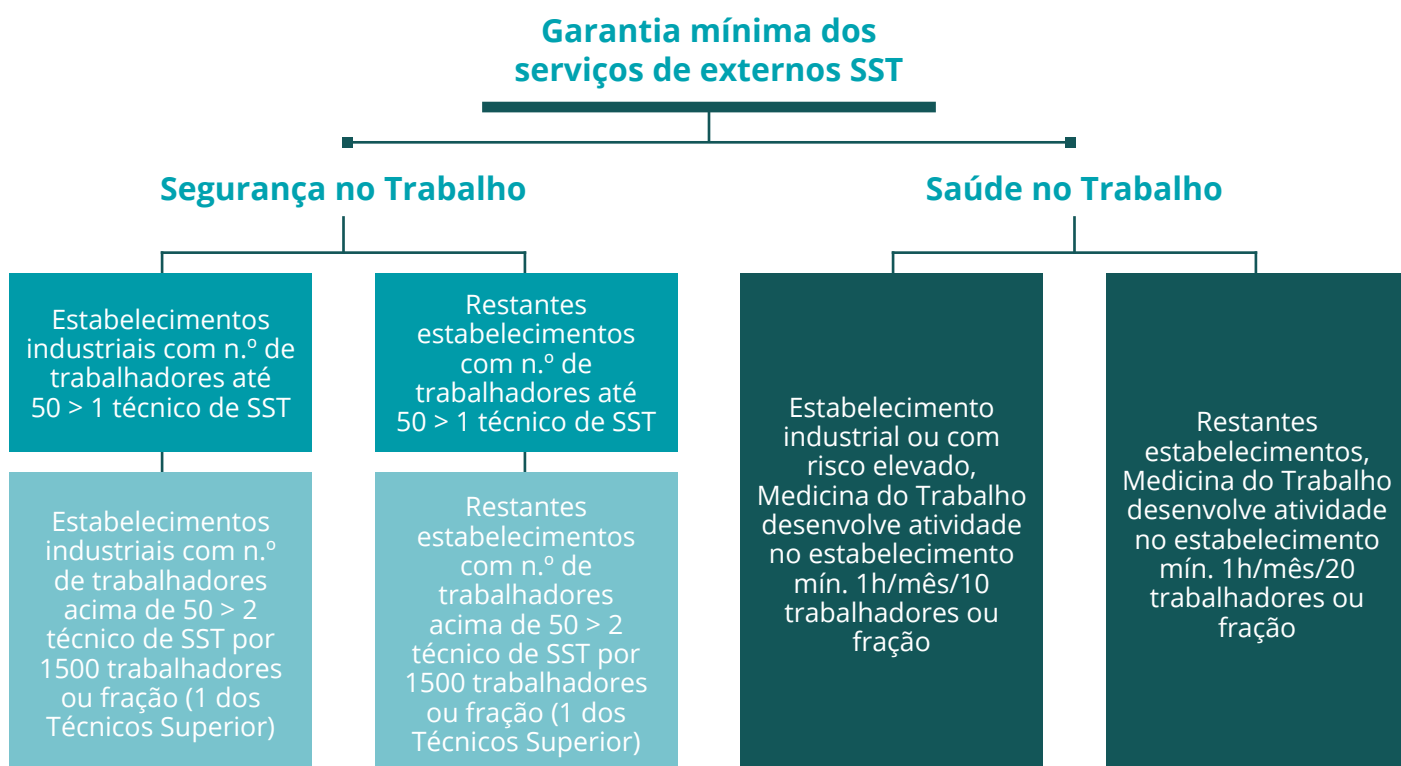
2.1. Medidas de Segurança Obrigatórias

O Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (RJPSST), publicado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, obriga as entidades empregadoras a organizarem serviços de Segurança e Saúde no Trabalho.

O serviço de segurança e saúde no trabalho tem por objetivo assegurar as condições de trabalho que salvaguardem a segurança e a saúde física e mental dos trabalhadores, desenvolver as condições técnicas que assegurem a aplicação de medidas de prevenção, informar e formar os trabalhadores no domínio da segurança e saúde no trabalho e informar e consultar os representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho ou, na sua falta, os próprios trabalhadores.

Na organização do serviço de segurança e saúde no trabalho, o empregador pode optar por adotar modalidades de serviços internos, serviços comuns ou serviços externos.

Obrigatoriedade de adoção de serviços externos de segurança e saúde no trabalho



Coimas

A cada escalão de gravidade das contraordenações laborais, decorrentes do não cumprimento das obrigações legais aplicáveis do RJPSST, corresponde uma coima variável que é função do volume de negócios da empresa e do grau da culpa do infrator. No caso do empregador todas as contraordenações são consideradas muito graves.

Entidade Fiscalizadora

O cumprimento do Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho é da responsabilidade da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), no referente a questões laborais.

2.2. Como Selecionar

Fornecedores de Serviços Externos de Segurança e Saúde no Trabalho

A atividade de prestação de serviços externos de Segurança e Saúde no Trabalho é objeto de regulação do Estado, carecendo de autorização específica pela autoridade competente na área em questão.

Prestação de Serviços de Segurança no Trabalho

Apenas pode ser efetuada por empresas autorizadas pela Autoridade para as Condições do Trabalho. A lista de empresas de segurança autorizadas a prestar serviços de segurança no trabalho está disponível para consulta em www.act.gov.pt.

Prestação de Serviços de Saúde no Trabalho

Apenas pode ser efetuada por empresas autorizadas pela Direção Geral da Saúde. A lista de empresas de segurança autorizadas a prestar serviços de saúde no trabalho está disponível para consulta em www.dgs.pt.

3. SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÓNICA

3.1. Medidas de Segurança Obrigatórias

A instalação de soluções como a deteção contra intrusão, o controlo de acessos ou a videovigilância contribui para a prevenção da prática de crimes, garantindo a segurança dos edifícios, dos seus ocupantes e dos seus bens.

O atual Regime Jurídico de Segurança Privada (RJSP), estabelecido pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, obriga à adoção de sistemas e medidas de segurança em estabelecimentos cuja vulnerabilidade à prática de crimes é habitualmente elevada.

Obrigatoriedade de adoção de sistemas de segurança eletrónica

Estabelecimentos obrigados a adotar sistemas de segurança eletrónica	Videovigilância	Intrusão	
Conjuntos comerciais e grandes superfícies de comércio ¹	✓	✓	Pessoas Coletivas: coima de 7.500,00€ a 37.500,00€ Pessoas Singulares: coima de 300,00€ a 1.500,00€
Instituições de crédito e sociedades financeiras	✓	✓	
Joalharias	✓	✓	
Ourivesarias	✓	✓	
Galerias de Arte (valor seguro ≥ 15.000,00€)	✓	✗	
Restaurantes com horário entre as 02h00 e as 7h00, ou com lotação > 100 lugares ²	✓	✗	
Bares com horário entre as 02h00 e as 7h00, ou com lotação > 100 lugares ²	✓	✗	
Recintos desportivos onde se realizem espetáculos desportivos	✓	✗	
Armazenamento, tratamento ou valorização de metais não preciosos	✓	✗	
Casinos e salas de jogos	✓	✗	

Notas:

¹ Entidades gestoras de conjuntos comerciais com uma área bruta locável igual ou superior a 20.000m² e grandes superfícies de comércio que disponham, a nível nacional, se uma área de venda acumulada igual ou superior a 30.000m².

² Com caráter não sedentário que disponham de espaços destinados a dança ou onde habitualmente se dance.

Entidade Fiscalizadora

Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP)

3.2. Como Selecionar

Fornecedores de Serviços de Instalação e Manutenção de Sistemas de Segurança Eletrónica

Apenas podem ser efetuados por fornecedores com registo prévio na Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DNPSP) e por empresas de segurança privada titulares de alvará C, que também estão autorizadas ao exercício destas atividades, mas não obrigadas a registo prévio na DNPSP.

A lista de entidades autorizadas a realizar atividades de estudo e conceção, instalação, manutenção ou assistência técnica de material e equipamento de segurança eletrónica está disponível para consulta na página eletrónica da DNPSP, em sigesponline.psp.pt

O cumprimento do requisito legal pode igualmente ser evidenciado pelas entidades mediante a apresentação de certificado emitido pela DNPSP.

Fornecedores de Serviços de Receção e Monitorização de Alarmes

Apenas podem ser efetuados por empresas de segurança privada titulares de alvará C.

A detenção desta habilitação autoriza as empresas a efetuar serviços de exploração e gestão de centrais de receção e monitorização de sinais de alarme e de videovigilância, assim como serviços de resposta cuja realização não seja da competência das forças e serviços de segurança. A lista de empresas de segurança privada titulares de alvará C está disponível para consulta na página eletrónica da PSP em https://sigesponline.psp.pt/pages/empresas_alvara/lista.xhtml.

4. SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

4.1. Medidas de Segurança Obrigatórias

As medidas de segurança contra incêndio que são obrigatórias nos vários tipos de edifícios são definidas no Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios. De acordo com a atual legislação de segurança contra incêndio os edifícios são categorizados em XII utilizações tipo (UT) e os seus espaços classificados em quatro categorias de risco (CR).

Os edifícios construídos após 1 de janeiro de 2009 estão obrigados a implementar todas as medidas de segurança contra incêndio aplicáveis que são definidas no Regulamento Técnico.

Para os edifícios construídos antes de 2009, apenas as medidas de autoproteção são aplicáveis.

Projetos de segurança contra incêndio

São obrigatórios para todas as operações urbanísticas, com exceção das referentes a utilizações tipo I, II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII da 1.ª categoria de risco, que apenas carecem de subscrição de ficha de segurança.

Obrigatoriedade de adoção de medidas de segurança contra incêndio

	UTI	UTII	UTIII	UTIV	UTV	UTVI	UTVII	UTVIII	UTIX	UTX	UTXI	UTXII
Compartimentação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sinalização	CR≥2	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Iluminação de Emergência	CR≥2	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Deteção de Incêndio ¹	CR≥3	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Deteção de CO	✗	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✓	✗	✗	✗	✗
Deteção de Gás ²	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Extintores	CR≥3	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Carreteis	CR≥3	✓	CR≥2	CR≥2	CR≥2	CR≥2	CR≥2	CR≥2	CR≥3	CR≥3	CR≥2	CR≥2
Meios de Segunda Intervenção	CR≥2	CR≥2	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3
Sprinklers	✗	CR≥2	CR≥3	✓	✓	CR≥3	CR≥3	CR≥3	✓	✓	✓	CR≥2
Extinção por Gases/Água Nevolizada ³	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Controlo de Fumo ⁴	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sistemas de Cortina de Água												
Hidrantes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Fontes de Centrais de Emergência	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3	CR≥3
Medidas de Autoproteção	CR≥3	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

¹ Com exceção dos recintos ao ar livre os itinerantes ou provisórios e os espaços que cumulativamente estejam protegidos totalmente por sistemas fixos de extinção automática de incêndios por água e não possuam controlo de fumo por meios ativos

² Nas condições do artigo 184.º da Portaria n.º 1532/2008

³ Sempre que se justifique em função da classe de fogo e do risco envolvido. Em cozinhas de potência total instaladas nos aparelhos de confeção de alimentos superior a 70 kW

⁴ Nos locais definidos no artigo 135.º da Portaria n.º 1532/2008

CR – Categoria de Risco, estabelecidas no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro

Coimas

De 180,00€ a 3.700,00€, para pessoas singulares, e de 180,00€ a 44.000,00€, para pessoas coletivas, consoante a contraordenação.

Entidades Fiscalizadoras

- Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Os municípios, na sua área territorial, para UT da 1.ª categoria de risco, com exceção da IV e V
- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, no que respeita à colocação dos equipamentos no mercado.

4.2. Como Selecionar

Fornecedores de Serviços de Instalação e Manutenção de Sistemas de Segurança Contra Incêndio

Apenas podem ser realizados por entidades registadas na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). Aquando da seleção do prestador de serviço, há que assegurar que este está registado na ANPC para a atividade (comércio, instalação e/ ou manutenção) e equipamentos sistemas pretendidos (p. ex.: extintores, extinção por água, deteção de incêndio).

A lista de entidades registadas está disponível para consulta na página eletrónica da Autoridade Nacional de Proteção Civil, em <http://www.prociv.pt/pt-pt/SEGCINCENDEIFCONSULTAENTIDADES/Paginas/default.aspx>.

No caso de serviços de manutenção de extintores, as entidades necessitam, adicionalmente, de possuir certificação de serviço segundo a Norma Portuguesa 4413. Esta certificação é evidenciada mediante a apresentação do respetivo certificado, emitido por organismo de certificação acreditado para o efeito pelo Instituto Português da Acreditação (IPAC).

5. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Para além dos requisitos legais que as entidades necessitam de cumprir, decorrente da legislação nacional aplicável, para efeitos da prestação de serviços de segurança no mercado nacional, existem muitas empresas que optam por demonstrar a qualidade dos serviços que prestam através da implementação de certificações de serviço e de sistemas de gestão da qualidade voluntários. Estas certificações, não sendo obrigatórias, são uma demonstração clara do compromisso das organizações na prestação de serviços de alta qualidade e elevada competência técnica aos seus clientes.

Estas certificações são concedidas por organismos de certificação independentes e são evidenciadas mediante apresentação da cópia do certificado correspondente.

Certificações Voluntárias

- **NP 4513** "Segurança contra Incêndio. Requisitos do serviço de comercialização e manutenção de produtos, equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio";
- **NP 4397** "Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho";
- **NP EN ISO 9001** "Sistemas de Gestão da Qualidade. Requisitos";
- **NP EN ISO 14001** "Sistemas de Gestão Ambiental. Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização";
- **OHSAS 18001** "Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional".



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURANÇA

WWW.APSEI.ORG.PT
Tel. + 351 219 527 849
apsei@apsei.org.pt

Cofinanciado por:



Revisão e verificação efetuada por:

